



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia móvel SMP, com fornecimento de 24 linhas móveis, sendo 21 linhas acompanhadas de aparelhos smartphones em regime de comodato e 3 linhas somente com chip/SIM card, conforme condições deste Termo de Referência, para atendimento das demandas institucionais dos Gabinetes Parlamentares, Setor Administrativo e Setor de Comunicação do Poder Legislativo Municipal.

#### **1.2. Quantitativo e Descrição mínimas:**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT.</b>
1	<p><b>PLANOS DE TELEFONIA MÓVEL (SMP – PÓS-PAGO)</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Fornecimento contínuo de linha móvel, ligações ilimitadas locais e interurbanas;</li><li>- Roaming nacional;</li><li>- Mínimo de 20GB de internet cada linha;</li><li>- Serviço de gestão online de voz e dados;</li><li>- Garantia de portabilidade numérica sem custos;</li><li>- Comunicação entre linhas corporativas sem custos</li></ul> <p><b>APARELHOS SMARTPHONES</b></p> <p>Destaca-se que deverá ser disponibilizado também aparelhos smartphones em regime de comodato, destinados a 21 linhas das 24 linhas solicitadas, tendo as seguintes especificações mínimas:</p> <p><b>-Aparelhos de última geração</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• - Compatíveis com tecnologia 5G;</li><li>• - Dual SIM;</li><li>• - Resistência a Água: SIM</li><li>• - Memória RAM: 8 GB ou superior</li></ul>	21



	<ul style="list-style-type: none"><li>- Mínimo de 256GB de armazenamento;</li></ul> <p><b>TELA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Tela: 6.1 polegadas ou superior</li><li>Resolução: 1170 x 2532 pixel ou superior</li><li>Densidade de pixels: 460 ppi ou superior</li><li>FPS: 60 Hz ou superior</li></ul> <p><b>CÂMERA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Megapixel: 48 Mp ou superior</li><li>Resolução: 8000 x 6000 pixel ou superior</li><li>Aperture Size: F 1.6 ou superior</li><li>Estabilização: Ótica</li><li>Flash: Dual LED</li><li>HDR: SIM</li><li>Câmera Frontal: 12 Mp F1.9 ou superior</li></ul> <p><b>VIDEO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Resolução da gravação: 4K (2160p)</li><li>Auto focagem de vídeo: SIM</li><li>FPS da gravação: 60 fps ou superior</li><li>Estabilização de vídeo: SIM</li><li>Slow Motion: 240 fps ou superior</li><li>Vídeo HDR: SIM</li><li>Stereo Sound Rec: SIM</li><li>Vídeo Câmera Frontal: 4K (2160p), 60fps ou superior</li><li>Opções da Câmera Frontal: HDR/Face Detection/EIS</li></ul> <p><b>CONECTIVIDADE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac/6</li></ul>	
--	---	--



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Bluetooth: 5.3 com A2DP/LE</li><li>• USB: Type-C 2.0</li><li>• NFC: SIM</li><li>• GPS: A-GPS/GLONASS/BeiDou/Galileo/QZSS</li></ul> <p><b>SENSORES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Acelerômetro: SIM</li><li>• Proximidade: SIM</li><li>• Giroscópio: SIM</li><li>• Bússola: SIM</li><li>• Barômetro: SIM</li><li>• Mic. de Redução de Ruído: SIM</li></ul> <p><b>BATERIA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Tipo: LiPo</li><li>• Ampere: 3961 mAh ou superior</li></ul> <p>- Inclusos carregadores, extrator de chip e manual;</p> <p>- Equipamentos novos, lacrados e certificados pela ANATEL</p>	
2	<p><b>PLANOS DE TELEFONIA MÓVEL (SMP – PÓS-PAGO) –</b></p> <p>- Fornecimento contínuo de linha móvel, ligações ilimitadas locais e interurbanas;</p> <p>- Roaming nacional;</p> <p>- Mínimo de 20GB de internet cada linha;</p> <p>- Serviço de gestão online de voz e dados;</p> <p>- Garantia de portabilidade numérica sem custos;</p> <p>- Comunicação entre linhas corporativas sem custos</p>	3

### 1.3 OBSERVAÇÕES



a) A contratação compreenderá o total de 24 (vinte e quatro) linhas de telefonia móvel. Destas, 21 (vinte e uma) linhas serão fornecidas com aparelhos celulares em regime de comodato, enquanto as demais 3 (três) linhas corresponderão apenas ao fornecimento do chip/SIM card, sem disponibilização de aparelho, pois serão utilizadas em tablets já adquiridos e pertencentes ao patrimônio da Câmara Municipal.

b) **Havendo divergências entre as descrições e a unidade de fornecimento dos itens contidas neste Termo de Referência e a Relação de Itens do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasgov/Comprasnet), prevalecerão as descrições do Termo de Referência.**

c) A especificação dos aparelhos destina-se à definição de desempenho e qualidade mínimos, admitida a oferta de equipamentos equivalentes ou superiores, vedada a indicação de marca ou modelo específico, desde que preservada a compatibilidade técnica com as necessidades institucionais e com a tecnologia 5G.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente demanda fundamenta-se na necessidade de assegurar comunicação eficiente, contínua e institucional dos Gabinetes Parlamentares no exercício do mandato, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades legislativas.

2.2. Busca-se, ainda, viabilizar o atendimento à população por meio de canais oficiais de comunicação, fortalecendo a transparência, a acessibilidade e a interlocução entre o Poder Legislativo e a sociedade.

2.3. A contratação também se justifica pela necessidade de garantir suporte às atividades administrativas e operacionais da Câmara Municipal, bem como possibilitar atuação ágil e eficaz do Setor de Comunicação na cobertura de eventos, sessões ordinárias, extraordinárias e demais atividades externas.

2.4. Ademais, a padronização dos serviços de telefonia móvel contribui para maior controle, racionalização e economicidade dos gastos públicos.

2.5. O fornecimento de aparelhos em regime de comodato apresenta-se como medida vantajosa à Administração, uma vez que evita custos imediatos com aquisição de



equipamentos, assegura manutenção adequada e possibilita substituição em caso de defeito, reduzindo riscos de interrupção dos serviços.

2.6. Dessa forma, a contratação encontra-se plenamente alinhada ao interesse público, aos princípios da eficiência administrativa e à necessidade de continuidade dos serviços essenciais do Poder Legislativo.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO**

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), com fornecimento contínuo de linhas móveis, pacote de dados, ligações locais e interurbanas ilimitadas e disponibilização de aparelhos em comodato.

3.2. A contratação abrange:

- Ativação e gestão das 24 linhas
- Fornecimento mensal de franquia de dados
- Serviço de voz com cobertura local e nacional
- Suporte técnico corporativo
- Fornecimento e manutenção dos aparelhos em comodato

3.3. Trata-se de solução integrada, que assegura continuidade da comunicação institucional, previsibilidade orçamentária e eficiência administrativa.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A empresa a ser contratada deverá demonstrar capacidade técnica compatível com a execução do objeto, dispondo de equipe qualificada, infraestrutura adequada e recursos tecnológicos necessários à plena e satisfatória prestação dos serviços.

4.2. A contratada deverá garantir a continuidade e a confiabilidade dos serviços prestados, assegurando suporte técnico eficiente e a manutenção dos aparelhos fornecidos, com cobertura para eventuais falhas decorrentes do uso regular.

4.3. Na hipótese de substituição de equipamentos ou componentes, estes deverão ser



originais ou equivalentes em qualidade e desempenho, sempre acompanhados de garantia específica do fornecedor.

4.4. Adicionalmente, a contratada deverá observar práticas de sustentabilidade compatíveis e proporcionais ao objeto, especialmente quanto ao descarte ambientalmente adequado de baterias, acessórios e equipamentos substituídos, à adoção de logística reversa quando aplicável e ao atendimento da regulamentação da ANATEL e da legislação ambiental pertinente, vedadas exigências desproporcionais ou sem pertinência direta com a execução contratual.

4.5. Os requisitos ora estabelecidos visam assegurar que os serviços sejam prestados com elevado grau de profissionalismo, segurança e qualidade, contribuindo para o pleno funcionamento das atividades institucionais.

#### **4.6. Requisitos Mínimos para prestação do serviço.**

##### **4.6.1. Cobertura e Qualidade da Rede**

4.6.1.1. A contratada deverá assegurar cobertura de telefonia móvel em todo o território nacional, com qualidade de sinal adequada e funcionamento contínuo, especialmente nas áreas de atuação da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste e demais localidades onde se desenvolvam atividades institucionais.

4.6.1.2. A rede deverá proporcionar comunicação estável e confiável, minimizando falhas e interrupções que possam comprometer o desempenho das atividades administrativas, parlamentares e institucionais.

##### **4.6.2. Pacote de Dados**

4.6.2.1. Os planos de telefonia móvel deverão contemplar franquia mensal de dados de, no mínimo, 20GB por linha, compatível com as necessidades institucionais, permitindo a utilização contínua e eficiente de aplicativos de comunicação, sistemas institucionais, plataformas digitais e navegação na internet.

##### **4.6.3. Serviço de Voz e Mensagens**

4.6.3.1. Os planos deverão incluir ligações ilimitadas, tanto locais quanto interurbanas, além do envio de mensagens de texto (SMS), garantindo comunicação ágil e eficaz entre vereadores, servidores, órgãos públicos e a população.

##### **4.6.4. Comunicação entre Linhas Corporativas**

4.6.4.1. Deverá ser assegurada a comunicação entre as linhas vinculadas à Câmara Municipal sem custos adicionais ou consumo da franquia contratada,



promovendo maior integração e eficiência na comunicação interna entre gabinetes e setores administrativos.

#### **4.6.5. Roaming Nacional**

4.6.5.1. A contratada deverá garantir a disponibilização do serviço de roaming nacional, possibilitando o uso contínuo das linhas móveis em qualquer região do país, sem prejuízo da qualidade do serviço, em situações de deslocamento institucional.

#### **4.6.6. Segurança das Comunicações**

4.6.6.1. A empresa deverá adotar elevados padrões de segurança da informação e proteção das comunicações, assegurando a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados trafegados, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Telecomunicações.

#### **4.6.7. Fornecimento de Aparelhos em Comodato**

4.6.7.1. Os aparelhos celulares fornecidos deverão ser novos, originais de fábrica, devidamente homologados pela ANATEL e compatíveis com as tecnologias atuais de comunicação móvel.

4.6.7.2. Os dispositivos deverão estar devidamente atualizados quanto ao sistema operacional, aptos ao uso imediato e plenamente compatíveis com os aplicativos e sistemas institucionais.

4.6.7.3. Durante toda a vigência contratual, os aparelhos deverão manter padrão tecnológico igual ou superior ao inicialmente fornecido, sendo expressamente vedado o fornecimento de equipamentos com desempenho inferior.

4.6.7.4. Nos casos de substituição ou atualização, os novos dispositivos deverão apresentar evolução tecnológica, com qualidade e desempenho superiores aos anteriormente disponibilizados, não sendo admitida qualquer forma de regressão tecnológica.

4.6.7.5. Também não serão aceitos aparelhos com sistemas operacionais desatualizados, fora do ciclo regular de atualizações de segurança ou incompatíveis com as necessidades institucionais.

4.6.7.6. Os aparelhos celulares fornecidos deverão ser da mesma marca e modelo, visando à padronização do parque tecnológico da Administração. Tal exigência tem





por objetivo facilitar a configuração, o gerenciamento, a manutenção e o suporte técnico dos equipamentos, bem como garantir maior compatibilidade com os sistemas e aplicativos utilizados pelos servidores. A padronização também contribui para a otimização dos processos administrativos, redução de custos operacionais e maior eficiência na gestão dos recursos tecnológicos.

## **5. GARANTIA DOS SERVIÇOS**

5.1 A contratada deverá assegurar a qualidade e a continuidade dos serviços prestados durante toda a vigência contratual, garantindo o pleno funcionamento das linhas móveis e dos aparelhos disponibilizados.

5.2 A contratada será responsável pela correção de falhas, instabilidades ou interrupções nos serviços, devendo adotar as providências necessárias no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da abertura do chamado técnico, sem ônus adicional para a Administração.

5.3 Nos casos que demandem maior complexidade técnica, devidamente justificada, o prazo para solução definitiva poderá ser de até 48 (quarenta e oito) horas, devendo a contratada assegurar medidas alternativas para não comprometer a continuidade do serviço.

5.4 Os aparelhos fornecidos em regime de comodato deverão possuir garantia integral durante todo o período contratual, abrangendo defeitos de fabricação, falhas de funcionamento e desgaste prematuro, excetuados os casos de mau uso devidamente comprovado.

5.5 Na ocorrência de defeito ou mau funcionamento dos aparelhos, a contratada deverá realizar o reparo ou a substituição garantindo a continuidade do serviço, preferencialmente com a disponibilização de aparelho substituto provisório.

5.6 A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento técnico eficiente, com registro e acompanhamento das ocorrências, assegurando transparência e agilidade na resolução dos problemas.





5.7 A garantia dos serviços deverá observar padrões de qualidade compatíveis com as normas da Agência Nacional de Telecomunicações, assegurando níveis adequados de desempenho, disponibilidade e confiabilidade.

## **6. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

6.1 O contrato decorrente do presente **PREGÃO ELETRÔNICO** terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, observado o limite legal aplicável aos serviços contínuos, desde que comprovadas a vantajosidade, a manutenção da necessidade administrativa, a regular execução contratual e a disponibilidade orçamentária, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **7. DO REAJUSTE**

7.1 O preço definido no instrumento contratual será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da proposta comercial.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n. 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 anos, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

8.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, que serão nomeados posteriormente (Lei n. 14.133/2021, art. 117, caput).



8.4 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n. 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n. 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei n. 14.133/2021, art. 120).

8.8 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei n. 14.133/2021, art. 121, caput).

8.9 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei n. 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.12 Compete ao gestor e ao fiscal do contrato:

8.12.1 verificar o cumprimento das obrigações contratuais;

8.12.2 registrar ocorrências e eventuais falhas na execução;

8.12.3 solicitar providências corretivas à contratada quando necessário;



8.12.4 atestar as notas fiscais para fins de pagamento.

8.13 A contratada deverá manter canal permanente de comunicação com a contratante para atendimento de ocorrências e suporte técnico.

## **9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1 A contratada terá o prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da emissão da nota de empenho, para:

9.1.1 Ativação das linhas;

9.1.2 Entrega dos aparelhos em comodato.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1 O pagamento será efetuado pela Contratante à Contratada mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a regular execução dos serviços.

10.2 O prazo para pagamento será de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura, desde que atendidas todas as condições contratuais e verificada a regularidade fiscal da contratada.

## **11. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS LANCES E CRITÉRIO DE JULGAMENTO PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

11.1 A disputa de preços será realizada eletronicamente por meio da plataforma Compras.gov.br, sendo obrigatório que os licitantes registrem seus lances **individualmente para cada item** que compõe o objeto da contratação, conforme operacionalização do sistema. O não preenchimento dos valores unitários dos itens acarretará a desclassificação da proposta.



11.2 Os descontos ofertados durante a fase de lances deverão ser refletidos proporcionalmente nos valores unitários dos itens, de forma a manter a compatibilidade entre os preços unitários e o valor total da proposta.

11.3 Embora a disputa e o registro dos lances ocorram por item, o critério de julgamento adotado será o de **menor preço global**, sendo considerada vencedora a licitante que apresentar o menor valor total para o conjunto do objeto, desde que atendidas todas as exigências do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

11.4 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO** nos termos da Lei n. 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR GLOBAL**. O critério de julgamento pelo **menor preço global** foi adotado em razão da natureza integrada dos serviços de telefonia móvel, que demandam gestão, suporte e faturamento unificados. A contratação por valor global proporciona maior eficiência administrativa, facilita a fiscalização contratual e possibilita a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

11.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

11.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



11.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

11.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

#### **11.12.1 Habilitação Jurídica:**

11.12.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



11.12.1.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

11.12.1.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.12.1.4 **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

11.12.1.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.12.1.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

11.12.1.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.12.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista (Exigida nos termos do art. 195, §3º da CF):**

11.12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

11.12.2.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.12.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos





da Portaria Conjunta n. 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.12.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.12.2.5 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.12.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.12.2.7 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.12.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.12.2.9 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.12.2.10 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

11.12.2.11 No preço proposto a ser contratado, deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, lucro, todos os encargos e obrigações decorrentes de





direitos e licenças de fabricação, patentes e marcas registradas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, isentando a Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste de quaisquer custos adicionais.

### **11.12.3 Habilitação Econômico-Financeira**

11.12.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, II, c da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.12.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, II da Lei nº 14.133, de 2021);

## **12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1 A tabela abaixo apresenta o quantitativo de linhas a serem contratadas, bem como os valores unitários, mensal e total para o período de 12 (doze) meses, todos em caráter estimado, servindo como referência para contratação.

LOTE I					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	<b>PLANOS DE TELEFONIA MÓVEL (SMP – PÓS-PAGO)</b>  - Fornecimento contínuo de linha móvel, ligações ilimitadas locais e interurbanas;  - Roaming nacional;  - Mínimo de 20GB de internet cada linha;  - Serviço de gestão online de voz e dados;  - Garantia de portabilidade numérica sem custos;  - Comunicação entre linhas corporativas	21	R\$ 371,79	R\$ 7.807,59	R\$ 93.691,08



	<p>sem custos</p> <p><b>APARELHOS SMATPHONES</b></p> <p>Destaca-se que deverá ser disponibilizado também aparelhos smartphones em regime de comodato, destinados a 21 linhas das 24 linhas solicitadas, tendo as seguintes especificações mínimas:</p> <p><b>Aparelhos de última geração</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• - Compatíveis com tecnologia 5G;</li><li>• - Dual SIM;</li><li>• - Resistência a Água: SIM</li><li>• - Memória RAM: 8 GB ou superior</li><li>• - Mínimo de 256GB de armazenamento;</li></ul> <p><b>TELA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Tela: 6.1 polegadas ou superior</li><li>• Resolução: 1170 x 2532 pixel ou superior</li><li>• Densidade de pixels: 460 ppi ou superior</li><li>• FPS: 60 Hz ou superior</li></ul> <p><b>CÂMERA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Megapixel: 48 Mp ou superior</li><li>• Resolução: 8000 x 6000 pixel ou superior</li><li>• Aperture Size: F 1.6 ou superior</li><li>• Estabilização: Ótica</li><li>• Flash: Dual LED</li><li>• HDR: SIM</li></ul>				
--	---	--	--	--	--



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Câmera Frontal: 12 Mp F1.9 ou superior</li></ul> <p>VIDEO:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Resolução da gravação: 4K (2160p)</li><li>• Auto focagem de vídeo: SIM</li><li>• FPS da gravação: 60 fps ou superior</li><li>• Estabilização de vídeo: SIM</li><li>• Slow Motion: 240 fps ou superior</li><li>• Vídeo HDR: SIM</li><li>• Stereo Sound Rec: SIM</li><li>• Vídeo Câmera Frontal: 4K (2160p), 60fps ou superior</li><li>• Opções da Câmera Frontal: HDR/Face Detection/EIS</li></ul> <p>CONECTIVIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac/6</li><li>• Bluetooth: 5.3 com A2DP/LE</li><li>• USB: Type-C 2.0</li><li>• NFC: SIM</li><li>• GPS: A- GPS/GLONASS/BeiDou/Galileo/QZSS</li></ul> <p>SENSORES:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Acelerômetro: SIM</li><li>• Proximidade: SIM</li><li>• Giroscópio: SIM</li></ul>				
--	---	--	--	--	--



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Bússola: SIM</li><li>• Barômetro: SIM</li><li>• Mic. de Redução de Ruído: SIM</li></ul> <p>BATERIA:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Tipo: LiPo</li><li>• Ampere: 3961 mAh ou superior</li></ul> <p>- Inclusos carregadores, extrator de chip e manual;</p> <p>- Equipamentos novos, lacrados e certificados pela ANATEL</p>				
2	<p><b>PLANOS DE TELEFONIA MÓVEL (SMP – PÓS-PAGO)</b></p> <p>- Fornecimento contínuo de linha móvel, ligações ilimitadas locais e interurbanas;</p> <p>- Roaming nacional;</p> <p>- Mínimo de 20GB de internet cada linha;</p> <p>- Serviço de gestão online de voz e dados;</p> <p>- Garantia de portabilidade numérica sem custos;</p> <p>- Comunicação entre linhas corporativas sem custos</p>	03	R\$ 371,79	R\$ 1.115,37	R\$ 13.384,44
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 107.075,52</b>		

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária:

**Fonte de Recurso:** Própria

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros - Pessoa jurídica



## **14. DAS OBRIGAÇÕES**

### **14.1 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- f) Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.



k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **14.2 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

c) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do



contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021;

g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

i) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

j) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133, de 2021.





n) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

o) Fornecer os materiais conforme especificações e prazos estabelecidos;

## **15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(a) moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do valor da parcela, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

(b) atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1 de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

15.3 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

15.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º);



15.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

15.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

15.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.7.1 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

15.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das



sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

15.11 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

15.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

São Gabriel do Oeste, 31 de março de 2026.

Jane de Oliveira Silva  
Membro da Equipe de Planejamento  
Matrícula 462